

**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

2ª CÂMARA - Res. 652/01

SESSÃO DE 08 / 11 / 2001

PROCESSO DE RECURSOS 1/0011653/99 A.I. - 1/199906776

RECORRENTE: Célula de Julgamento de 1ª Instancia.

RECORRIDO: Tudo Máquinas Comércio

RELATOR: Francisco das Chagas Albuquerque

**EMENTA**

**ICMS-CANCELAMENTO DE DOCUMENTO FISCAL SEM JUSTIFICATIVA.**

Reformada decisão da 1ª Instancia. Procedente.

.. Decisão por maioria de votos.

**RELATÓRIO:**

Prende-se o presente processo á constatação pôr parte dos fiscais autuantes que a empresa acima cancelou 218 documentos fiscais sem motivo justificado.

-Defesa Tempestiva

-Julgamento em 1ª Instancia pela Parcial Procedencia

- Recurso de oficio

Parecer da Assessoria Tributária, não acatando o julgamento singular, no que é também acompanhada, pela Douta Procuradoria do Estado que se pronuncia pela procedência total do feito fiscal.

**É O RELATÓRIO**

**VOTO DO RELATOR**

Pouco se tem a dizer diante do caso em apreciação, visto que, a empresa autuada em momento algum, conseguiu descaracterizar o feito fiscal.

Discordamos do julgamento da nobre julgadora singular no que se prende a decisão pela Parcial Procedencia do feito fiscal, visto que, penalidade aplicada pelo auditor fiscal, não se prende a cada documento individualmente cancelado, mas, de forma genérica.

Neste sentido, estribado no art. 138 do Decreto 24569/97 que trata do cancelamento do documento, acatamos a penalidade sugerida pela douta procuradoria do Estado, ou seja a inserta no Art. 878 inciso VII alínea "d" do Decreto 24569/97 somos pela total Procedencia do feito fiscal.

É VOTO

**DECISÃO:**

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente Célula de Julgamento de 1ª Instancia.  
e recorrido Tudo Máquinas Comércio e Representações Ltda.

**RESOLVEM** os membros da .....1ª.....Câmara do Conselho de Recursos Tributários, pôr Maioria de votos, conhecer do recurso de ofício para dar-lhe provimento para reformar a decisão parcialmente condenatória de 1ª Instancia e decidir pela total procedencia do feito fiscal de acordo com o parecer da Douta Procuradoria do Estado. Foram voto vencidos os dos Cons. Eliane Matias relatora originária, Fernando Ailton Barrocas e Benoni Vieira, que votaram pela manutenção do julgamento singular. Ausente o Cons. Francisco José

SALA DAS SESSÕES DA ...2ª..... CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS em Fortaleza, 16/12/ 2001

PRESIDENTE

Dr. Nabor Barbosa Meira

CONSELHEIRO RELATOR

Dr. Francisco das Chagas A. Albuquerque

CONSELHEIRO

Dr.ª Eliane Maria de Sousa Matias

CONSELHEIRO

Dr. Francisco José de Oliveira Silva

CONSELHEIRO

Dr. José Mirtônio Colares de Melo

CONSELHEIRO

Dr. José Maria Vieira Mota

CONSELHEIRO

Dr. Fernando Ailton Lopes Barrocas

CONSELHEIRO

Dr. Antônio Luiz do Nascimento Neto

CONSELHEIRO

Dr. Benoni Vieira da Silva

**FOMOS PRESENTES:**

Dr. Ubiratan Ferreira Andrade

Procurador do Estado